

## A "FLAMA" INTERROGA O M. C. S.

A "Flama", que tem registado com o necessário relevo, nas suas páginas, os acontecimentos de maior importância do processo de descolonização e que tem abordado, frequentemente, os mais variados problemas das populações dos novos estados africanos saídos ou ainda debaixo da administração portuguesa, não quis deixar de levar aos seus leitores um relato escrito e fotográfico das cerimónias da independência de Cabo Verde.

Lamentamos, porém, que o trabalho publicado neste número não reflecta a qualidade que desejávamos, que o acontecimento exigia e que os leitores mereciam. E lamentamos, porque nos foi negada a possibilidade de executar o que havíamos programado.

À "Flama" não foi dada a oportunidade, como a outros órgãos da Informação portugueses, de acompanhar a comitiva oficial às cerimónias da independência de Cabo Verde e, conseqüentemente, de fazer a reportagem do acontecimento. Assim, vimo-nos forçados a recorrer a segundas vias, os serviços de agências noticiosas e do Ministério da Comunicação Social.

A "Flama" não esteve em Cabo Verde no dia 5 de Julho porque assim o entendeu o Ministério da Comunicação Social. Depois de inscrita na lista dos órgãos da Informação que pretendiam deslocar-se a Cabo Verde, a "Flama" foi informada telefonicamente por um

funcionário do M. C. S. de que, perante as restrições ao número de jornalistas impostas pelo P. A. I. G. C., aquele Ministério se vira forçado a excluir algumas publicações, entre as quais estava a "Flama". Em jeito de explicação foi-nos dito que para o critério de selecção — no caso, por exemplo, dos semanários — havia sido considerado o impacte e a penetração das várias publicações junto do público.

Na medida em que não julgamos, de qualquer modo, convincente essa explicação; porque temos responsabilidades para com os nossos leitores; porque somos da opinião que um critério só é válido e correcto apenas quando for inteligente e justo; e, finalmente, porque a seriedade revolucionária da nossa informação não se mede pela subserviência a quem quer ou ao que quer que seja, mas pelo trabalho que publicamos em cada semana, parece-nos oportuno deixar algumas perguntas ao cuidado do M. C. S.:

— Porque não foi considerada oportuna e conveniente a presença, entre os órgãos da Informação que se deslocaram a Cabo Verde, de um semanário que fizesse do acontecimento a indispensável cobertura fotográfica? O acontecimento não o justificava? O público português não o merece?

— O M. C. S. não sabe que existem semanários que podem estar automaticamente "cobertos" pelo facto de pertencerem a empresas

que possuem jornais diários? E que a "Flama" foi, neste caso, o único semanário de grande expansão que não pôde estar realmente presente em Cabo Verde?

— O M. C. S. não sabia que outros semanários pertencentes a empresas jornalísticas já se encontravam em Cabo Verde há alguns dias, antes da independência? Ou sabia e aproveitou-se do facto para mais facilmente nos excluir da lista?

— O M. C. S. não sabe que a "Flama" é o primeiro semanário a ser posto à venda em cada semana e que o público tem o direito de ser informado o mais rapidamente possível (neste caso, com ampla documentação fotográfica do acontecimento)?

Finalmente, não podemos deixar de lembrar a quem no M. C. S. assume a tarefa de seleccionar os órgãos da Informação para a cobertura de acontecimentos oficiais, quaisquer que eles sejam, que nem sempre os números (de tiragem, no caso) são os melhores argumentos para essa escolha. Vem até a propósito recordar a afirmação de um autor já citado nesta revista há bem pouco tempo. Diz ele que "o critério principal para julgar um órgão da Imprensa deveria ser não o seu êxito em número de exemplares vendidos, mas a sua preocupação com a verdade".

A REDACÇÃO

